



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Ivan da Costa Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro de 2025 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

Saudação à Associação de Surf da Costa da Caparica (ASCC)

Fazer História, Criar Memórias

Com a participação da Associação de Surf da Costa de Caparica (ASCC) no World Club Challenge – World Team Surfing Competition, competição de Surf por equipas que se realizou na Austrália, na mítica praia de Snapper Rocks, nos dias 17 a 19 de janeiro, foi feita história.

A ASCC foi a primeira equipa europeia a participar neste evento que junta equipas de surf de todo o mundo, onde a par das potências do surf da Austrália, América e Havai, estavam alguns ex-campeões do Mundo e atuais atletas masculinos e femininos do circuito mundial de surf, ombreou-se durante três dias e sempre na prova principal até atingir um brilhante 5.º lugar entre 48 equipas, falhando por pouco a grande final.

Tive a oportunidade de ir acompanhando a transmissão em streaming ao longo de toda competição.

Dos comentários iniciais sobre a admiração por uma equipa europeia vinda de tão longe, da dúvida, motivada pelo desconhecimento, sobre o potencial dos seus atletas, à confirmação do seu valor.

Durante 3 dias cada vez que a ASCC entrava na água, falou-se de onde vinham, da pequena cidade da Costa de Caparica, da paixão crescente dos portugueses pelo surf, do povo português caloroso, de lugares icónicos do nosso país para fazer surf, das experiências individuais dos comentadores enquanto gente do surf no nosso país.

Falou-se de Portugal.

Às tantas, já não era só a ASCC que estava ali, era Portugal representado e os seus atletas sentiram-no e foram-no sentindo a cada bateria em que iam progredindo até ao sonho da grande final, em que alcançaram, digamos assim, a final A ficando em terceiro nesta final e falhando, por uma nesga, a final principal onde se juntavam os dois primeiros classificados da Final A e Final B.

A forma vibrante como viveram coletivamente a experiência desta competição, como foram fazendo história e criando memórias, levou-os ao reconhecimento por parte da Organização ao atribuir-lhes o Prémio referente ao “Melhor Espírito de Equipa do Campeonato”.

A Junta de Freguesia orgulha-se de ter contribuído para a concretização da participação da ASCC neste Mundial de Clubes, envolvendo-se desde que dela tomou conhecimento e onde pediu que fosse entregue uma pequena oferta ao clube anfitrião da competição, Snapper Rocks Surfriders Club, levando um pouco da nossa identidade e cultura a todo o Mundo.

Portugal é já uma nação do surf reconhecida pela comunidade internacional e com potencial para crescer desportivamente e economicamente, do qual a Costa de Caparica já faz parte e quer continuar a fazer, consolidando a sua posição, mas para isso tem de haver reconhecimento coletivo e união de esforços, criando condições para a concretização desse objetivo.

Um agradecimento final aos principais protagonistas desta história e destas memórias, campeões e futuros campeões, Mafalda Lopes, Guilherme Ribeiro, Martim Paulino e Tiago Guerra e equipa técnica pela estratégia montada.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Uma palavra especial de incentivo ao Presidente do clube Miguel Gomes por continuar a acreditar no seu projeto de surf e um sentido obrigado a quem, durante muito tempo, foi trave mestra da formação desta Associação, o malgrado Pedro Carvalho.

Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário da na Ponte 25 de abril”

Em dia de tempestade e à hora de ponta, Luísa Martinho mentaliza-se para entrar no modo de “sardinha enlatada”. Aguarda pelo comboio da Fertagus na linha 4 da estação de Sete Rios, em Lisboa, em direção a Setúbal. Sairá no Pragal, em Almada. Tem sorte. Outras pessoas seguem viagem para mais longe. O inferno será mais prolongado. O que já foi considerado um serviço de excelência, é agora um trauma diário para os seus utilizadores.

A sobrelotação do comboio da ponte, que assegura a ligação da Margem Sul do Tejo à capital e vice-versa, é um facto lamentável a que se juntam as ameaças e os insultos entre passageiros, tudo para não perderem a viagem e chegar tarde aos seus empregos.

No percurso inverso, de Setúbal para Lisboa, o comboio em hora de ponta já há muito atingiu a sua lotação e em Campolide já não entram mais pessoas. Quando parte de Roma-Areeiro, nas duas estações seguintes fica lotado.

A procura tem vindo a crescer, sendo necessário mais horários, quer ao dia útil, quer ao fim de semana e, seguramente, mais carruagens para transportar pessoas. E o que se constata é que, embora a regularidade esteja a aumentar, o número de comboios mantém-se. Circulam 18, a totalidade da frota, cuja concessão foi atribuída a um operador privado, o Grupo Barraqueiro.

Destes 18 comboios, 11 são duplos (oito carruagens) e os restantes simples (quatro carruagens). A questão é que os passageiros que esperam nas estações intermédias já não conseguem entrar, pior ainda quando circula um comboio pequeno/simples, com menos capacidade.

As regiões mais afetadas são Almada e Seixal, que também são as mais populosas. Há que aumentar rapidamente a oferta de comboios em circulação, nomeadamente, colocar uma quinta carruagem.

A solução para o problema de sobrelotação da Fertagus pode ainda passar por transferir comboios iguais da CP para a empresa responsável pela ligação entre as duas margens do rio Tejo e ainda, adquirir mais carruagens no mercado de usados prontas a circular. Por exemplo, adquirir comboios de perfil semelhante que Espanha está a retirar de circulação, da série 450 que são, basicamente, iguais às 3500 no veículo não-motor. Também tem carruagens motoras e tem carruagens não-motoras, e as não-motoras são basicamente iguais. A adaptação seria simples, sendo necessária apenas devido à alimentação das linhas ferroviárias espanholas – Portugal usa uma voltagem de 25 mil volts em corrente alternada, enquanto a Espanha usa três mil volts em corrente contínua.

Aliás, a Fertagus tem ao serviço 18 automotoras elétricas, cujo proprietário é o Estado, através da empresa Sage secur. Esses 18 comboios de dois pisos e quatro carruagens fazem parte da série 3500, um grupo de 30 automotoras que foram compradas pela CP em 1998 - enquanto 18 foram cedidas para o serviço de passageiros no chamado Eixo Ferroviário Norte-Sul, 12 comboios ficaram ao serviço da CP, onde fazem parte do serviço urbano de Lisboa até a Azambuja.

As pessoas estão a mudar o seu local de residência para as periferias e depois têm de vir todos os dias para os centros urbanos. Toda a margem sul do Tejo está a ter um dinamismo que não tinha. É improvável que a procura pelo comboio se reduza nos próximos tempos na margem sul do rio Tejo, pelo que agir neste



EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

momento é necessário e inadiável. O Estado tem de ter a capacidade de comprar material circulante, o que não está a acontecer.

Ou seja, pelo exposto, a sobrelotação dos comboios da Fertagus é um problema grave diário que afeta milhares de passageiros que, diariamente, utilizam este meio de transporte para se deslocarem entre a Margem Sul e Lisboa.

Recordamos que a Fertagus transportava em 2019, no seu aniversário de 20 anos de operação, cerca de 83 mil pessoas por dia. Hoje transporta muitas mais, e devem ser tratadas pelo Estado e pela Fertagus com o respeito que merecem.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 13, e 14 de fevereiro de 2025, delibera:

1. Solicitar ao Governo da República, indagando para o efeito o Ministério das infraestruturas e habitação, em concreto o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, informação detalhada sobre os problemas que atualmente existem na operação FERTAGUS, travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril, e o que se pretende fazer no curto prazo para resolver esses problemas identificados.
2. Recomendar ao Governo da República, em concreto ao Ministério das infraestruturas e habitação, que resolva no curto prazo os problemas da já identificada falta de carruagens para transportar os passageiros, colocando rapidamente a quinta carruagem nas composições a operar.

Moção/Deliberação “Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do “comboio da ponte””

As populações e os utentes dos transportes do concelho de Almada estão confrontados com uma situação inaceitável no funcionamento da ligação ferroviária a Lisboa, operada pela empresa Fertagus. As alterações realizadas neste serviço, com a diminuição da capacidade da generalidade dos comboios (passando de oito para quatro carruagens), estão a provocar problemas gravíssimos nas deslocações quotidianas dos munícipes.

Há muito tempo que é urgente e indispensável o reforço da oferta de transporte ferroviário na linha ferroviária entre Setúbal e Lisboa, com mais comboios, mais circulações e o alargamento do serviço a estações como Lisboa Oriente ou Praias do Sado. O aumento do material circulante é condição para o reforço da oferta de transporte ferroviário, mas tal nunca foi assegurado pela Fertagus.

Agora, a situação tornou-se verdadeiramente caótica, com comboios apinhados nas horas de ponta, de manhã em direção a Lisboa, sendo a estação do Pragal um dos casos mais gritantes, onde há passageiros que veem passar dois e três comboios sem conseguir entrar. Ao fim da tarde, no regresso de Lisboa para a Margem Sul do Tejo, a situação repete-se.

A Fertagus recebe, pelo passe Navegante, o dobro das compensações da CP, sem nunca ter comprado um único comboio. O atual Governo prolongou a concessão do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela ponte 25 de Abril à Fertagus, empresa do Grupo Barraqueiro, até 31 de março de 2031, sem ter sido devidamente acautelado o respetivo aumento de material circulante para assegurar a qualidade do serviço prestado.

O Governo e a Fertagus estão a tentar concretizar o desvio de comboios da CP Lisboa para a Fertagus. Foi lançada a falsidade que esse material da CP está «encostado». As doze unidades de dois pisos (UQE 3500) da CP tiveram agora a grande reparação de meio de vida – num investimento da CP superior a 17,5 milhões de euros – e estão a operar: estão modernizadas e são fundamentais para assegurar o serviço atualmente prestado às populações da Margem Norte do Tejo.



EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

A solução para a falta de oferta de material circulante na margem sul, que é imperioso e urgente resolver, não se pode encontrar criando problemas em toda a restante rede do transporte ferroviário.

É imperioso usar os recursos existentes em toda a sua capacidade – mas permitindo à CP estender o seu serviço ferroviário urbano à ligação da Ponte 25 de Abril, e assim contribuindo para aumentar a oferta e acabar com a atual degradação. É possível encontrar soluções, a partir do serviço da CP das linhas de Sintra e Azambuja, sem reduzir a atual oferta na margem norte, que prolonguem o serviço da CP à Península de Setúbal, tal como já deveria existir há muitos anos se a concessão à Fertagus não constituísse ela mesmo um bloqueio.

No curto prazo, este alargamento da oferta da CP ao serviço suburbano no Eixo Ferroviário Norte-Sul permitiria acabar com os atuais constrangimentos, sem prejudicar os restantes utentes.

É de sublinhar, todavia, que a solução dos problemas de fundo que agora se fazem sentir exige medidas de fundo, que são no essencial conhecidas: a urgente necessidade de concluir o processo de aquisição de novos comboios por parte da CP, pondo termo aos atuais bloqueios e litigâncias; o fim da degradação da oferta no transporte fluvial; a concretização, sem mais adiamentos, da Terceira Travessia do Tejo entre Barreiro e Lisboa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Manifestar total solidariedade para com os utentes e os trabalhadores da Fertagus, confrontados atualmente com a situação insuportável no funcionamento deste serviço.
2. Reclamar a concretização de medidas imediatas para reforçar a oferta de transporte ferroviário (e em geral da oferta de transportes públicos) no concelho de Almada, na região da Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.
3. Rejeitar frontalmente as decisões que respondam aos problemas do serviço ferroviário de um concelho agravando os problemas de outros.

Voto de Protesto e Apelo “Sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde”

1. A população de Almada confronta-se desde há muito com significativas dificuldades de acesso a cuidados Hospitalares no Hospital Garcia de Orta, a Cuidados de Saúde Primários nos Centros de Saúde, Unidades de Cuidados Continuados e Paliativos contratualizadas com o SNS e a Segurança Social e mesmo a avaliações Médico Legais da responsabilidade da Autoridade de Saúde Pública.
2. Sendo verdade que são conhecidos os problemas, com particular gravidade no campo da assistência materno infantil e no acesso a cuidados urgentes; de consulta no próprio dia em caso de doença aguda; de acesso a consultas de especialidade e a tratamentos e de demora na realização de Exames Complementares de Diagnóstico, não é menos verdadeira a falta de coerência e determinação que se verifica no apontar de soluções e na sua concretização, o que leva, com grande prejuízo para a população, à degradação dos serviços públicos de saúde que o Estado está obrigado a prestar.
3. O elevado número de mortos acima de esperado durante a previamente anunciada época dos surtos virais e infeções respiratórias nos meses recentes; o facto de se verificarem casos de gravidez não vigiada e da mortalidade infantil atingir números muito preocupantes na nossa região, são motivo de grande preocupação e insegurança.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

4. Unidades de saúde cuja construção ou remodelação se exige, têm incerta ou adiada a sua efetivação dando lugar a que surjam outras unidades de oferta privada, de elevado custo e por isso inacessíveis a vastos setores da população ao mesmo tempo que absorvem profissionais que tanta falta fazem ao SNS.
5. A contratação pública de médicos e outros profissionais no SNS não se concretiza arrastando-se um conflito cuja solução há muito se sabe ser de importância estratégica para que o Direito à Saúde seja uma realidade.
6. Nos órgãos superiores de gestão do SNS está instalada a confusão e o desnorte com a conseqüente incerteza e paralisia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Juntar-se ao protesto da população em face da situação existente e da sua progressiva degradação.
2. Apelar ao Governo e à Câmara Municipal para que, no âmbito das responsabilidades que cabem a cada um destes órgãos, adotem medidas imediatas para que sejam superados os obstáculos que se colocam ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde e à concretização do Direito à Saúde.

Moção “Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença”

Há 80 anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres.

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a “solução final” que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial.

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para “*preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade*”. E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “*Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio*”, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos.

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros.

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-



EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.

Assim, a Assembleia municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera:

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo;
2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos;
3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.

Moção “Expansão do solo urbano: o desastre anunciado”

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista.

No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E lembra que produzir apenas 2 a 3 cms. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos.

Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório “*Rethinking Urban Sprawl*”, a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024.

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As “*alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985/2000*” salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU “*O parque habitacional-análise e evolução 2011/2021*”, pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas.

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que “*a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%*” (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050.

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que *"o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos". Pelo contrário, alimenta a especulação...* (Paulo V.D. Correia in *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, p. 192).

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros.

Pelo exposto, a Assembleia Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibera:

1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação;
2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano.

Moção "Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó"

As informações vindas a público sobre matéria de segurança dos cidadãos e de reorganização das unidades da Polícia de Segurança Pública no Concelho de Almada, em particular da atual situação da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, a qual continua sem o prometido reforço de efetivos há décadas, apenas reforçam as necessidades identificadas relativas ao investimento em meios humanos e materiais que assegurem a melhoria do policiamento de proximidade.

Apesar de ser reconhecido como um equipamento fundamental para aquela zona da cidade, e não obstante as diversas diligências promovidas nos órgãos autárquicos e pelas populações, assim como as promessas de sucessivos governos, a Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó continua sem os agentes previstos no diploma que criou esta estrutura de proximidade, e que responde a uma Freguesia com cerca de 40 000 habitantes.

Considerando ser fundamental para um eficaz policiamento o reforço efetivo nos meios da Esquadra da PSP Laranjeiro/Feijó, que efetue o patrulhamento de proximidade, responda eficazmente às solicitações da população, combata potenciais situações de criminalidade e diminua o atual estado de insegurança do edificado, do comércio local e de pessoas e bens daquela área do território das Freguesias do Laranjeiro e do Feijó.

Considerando, ainda, que estas estruturas operacionais na sua funcionalidade acompanham também casos de apoio à vítima, violência doméstica ou de menores em risco, garantindo à população condições básicas e imediatas de socorro e proteção, é fundamental ampliar o investimento para manter o bom trabalho de proximidade desenvolvido pela PSP também neste domínio em concreto.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Promover a urgente avaliação do estado da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó e a sua eventual reorganização funcional, em conjunto com o Comando Distrital e os órgãos autárquicos.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 204/XIII-4º/2021-25

(Moções/Deliberações)

2. Reivindicar junto do Governo:

- a. O reforço do número de agentes em serviço na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó;
- b. O necessário investimento em meios materiais, frota e equipamentos administrativos, que assegurem a melhoria das condições de trabalho dos agentes e da resposta às populações;
- c. A realização de obras de requalificação do edificado e de toda a zona envolvente ao equipamento;
- d. A ampliação do investimento no policiamento de proximidade desenvolvido pela PSP.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 17 de fevereiro de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ivan da Costa Gonçalves)